



-----ATA nº02/2023-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas, no Salão Nobre da dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
- 2-Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022 e apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação (alínea 1) do n.º2, do artigo 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; -----
- 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2023; -----
- 4-Apreciação, discussão e eventual autorização para realização de obras por administração direta; -----
- 5-Designação de um cidadão eleitor para integrar a CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão; -
- 6-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
- 7-Outros assuntos de interesse para o Município; -----
- 8-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão tendo proposto o inicio desta com as intervenções alusivas às comemorações do quadragésimo nono aniversário da revolução do 25 de Abril de 1974. Assim, intervieram pela bancada da Coligação "Novo Rumo" o membro Luis Coutinho e pela bancada do Partido Socialista, o membro Ricardo Morgado. Em seguida intervieram o Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara

Municipal.-----

---- Em seguida procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros, Ivo Renato Diogo de Campos Patrício, Hugo Filipe Ribeiro Cardoso e Carlos Alberto Silva Gonçalves. Os membros Ivo Patrício e Carlos Gonçalves justificaram a ausência e solicitaram a sua substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, estando assim presentes os membros Cristina Maria Pires Carmona Marques e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto.-----

---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando disponível para eventual consulta.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a Ata da sessão ordinária realizada em 24/02/2023, previamente remetida a todos os membros, tendo esta sido aprovada por maioria, com uma abstenção do membro Vitor Filipe Marques, por não ter estado presente nessa sessão.-----

----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- Não houve intervenções neste Ponto.-----

---- **2-Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022 e apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação (alínea 1) do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar todos os presentes fazendo em seguida uma análise resumida dos documentos, salientando o facto de em relação ao Orçamento 2021/2022 existia uma variação de 15,82% (quinze vírgula oitenta e dois por cento), o que era substancial tendo em conta que as principais fontes de rendimento do Município eram as



transferências do Orçamento do Estado, que não tiveram alterações, ou eram os fundos comunitários que, como se estava num quadro de fim de ciclo, tinham uma expressão aquém daquilo que era normal e mesmo assim houve um acréscimo substancial de receita que tinha muito a ver com os anos anteriores de gestão do Município que lhe permitiu acumular o valor que agora iriam permitir o investimento expresso no Orçamento deste ano. -----

----O membro Maria José Sobreira começou por cumprimentar todos os presentes deixando uma palavra de agradecimento aos funcionários pela clareza com que elaboraram os documentos. Em seguida salientou o aumento significativo das receitas correntes questionando ao que se devia a diminuição do valor da despesa com o pessoal. Referiu também a grande preocupação que o Município tinha com os seus fornecedores e que só assim era possível continuar. Questionou em seguida a que se devia a diferença com o decréscimo significativo na rubrica dos transportes rodoviários entre os anos de 2021 e 2022. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que relativamente à diminuição das despesas com o pessoal eram referentes à saída de alguns técnicos da Câmara Municipal por mobilidade para outras instituições e por outros que estão de baixa por doença. Quanto à conta com os fornecedores esta só não estava a zeros porque houve alguns destes que não apresentaram atempadamente alguns documentos e assim não se pôde realizar o respetivo pagamento. Na questão referente à diferença na rubrica dos transportes rodoviários prendia-se com o grande investimento feito na reabilitação de estradas feito no ano anterior e que no ano passado não teve uma expressão tão significativa. -----

----O membro Paulo Roberto começou por cumprimentar todos os

presentes, deixando uma palavra de elogio aos técnicos que elaboraram este documento. Começou por referir que verificava que existia algum desbalanceamento entre as receitas e as despesas, porque em termos globais o resultado de 2021 foi muito grande enquanto o resultado de 2022 foi negativo, o que talvez teria a ver com as vendas das casas da urbanização da Quinta da Torre, mas no entanto existia aqui uma diferença muito grande entre as receitas e as despesas. Por outro lado e pensava que fosse uma questão estrutural e tendo como referência um dos indicadores de eficácia, a taxa de execução da despesa tem sido todos os anos a rondar os 80% (oitenta por cento), o que significava muito provavelmente que aquando da elaboração do Orçamento, as despesas podem estar a ser mal definidas, porque com a manutenção de uma taxa de execução com esta percentagem todos os anos era porque alguma coisa não estava bem. Referindo-se em concreto às contas de 2022, esperava que houvesse uma maior evolução em relação ao ano de 2021, nomeadamente no que dizia respeito à receita e à despesa, dado que já se estava praticamente num período pós pandemia. Relativamente à receita verificava que houve duas rúbricas, nomeadamente a dos impostos diretos, que teve um grande aumento, justificado pelo pagamento da derrama de algumas empresas e por outro lado um grande aumento nas vendas de bens e serviços e que estava explanado no Relatório como sendo relativo à venda de água. Assim e verificando que a população do concelho não aumentara de um ano para o outro e estando-se a falar de um bem escasso, poderia significar que os munícipes estariam a gastar muito mais água do que estavam a gastar no ano anterior e se assim fosse, dever-se-ia trabalhar no sentido de encontrar soluções para fazer uma correta utilização da água. Mais uma questão que deveria ser alvo de reflexão era a relação entre as



despesas e receitas correntes com as despesas e receitas de capital, verificando neste momento que a despesa e receitas correntes fazem parte de cerca de 70% (setenta por cento) do Orçamento o que queria dizer que o Orçamento da Câmara Municipal estava essencialmente vocacionado para as despesas correntes, para o seu funcionamento normal, mas que em termos de despesas de investimento não tem acompanhado ao mesmo nível as despesas correntes. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que no respeitante ao desequilíbrio da receita entre os anos de 2021/2022 devia-se realmente à realização de receita com a venda das casas da Quinta da Torre Velha tendo assim um impacto positivo no Orçamento de 2021 em comparação com o Orçamento de 2022. No referente à taxa de execução da despesa em 80% (oitenta por cento), disse que não tinha a ver só com a capacidade da Câmara Municipal mas sim á capacidade de execução das empresas contratadas em fazer as obras, porque sistematicamente eramos confrontados com atrasos das empresas o que levava a que as taxas de execução fossem prejudicadas, devendo-se a vários fatores, nomeadamente problemas de fornecimento de materiais e falta de mão de obra. -----

----Nas variações da receita, disse que como se estava no final de um ciclo de ajudas enquadráveis num quadro comunitário em que aquilo que era uma parte substancial das verbas comunitárias já estevão executadas e ainda não se conhecia o programa do quadro comunitário "Portugal 2030", levava a que as receitas ficassem resumidas á capacidade do Município em ter capitais próprios para avançar ou as receitas via Orçamento do estado ou impostos indiretos para fazer as obras. O que nos permitiu ter um ano de investimento excecional foi o facto do Município ter capacidade de

ter capitais próprios para o fazer.-----

---- Em referencia ao desequilíbrio entre as despesas correntes e despesas de capital, disse que em dez anos houve muita coisa que se alterou e aquilo que nessa altura era lançado em despesas de capital hoje tinha que ser lançado para despesa corrente, dando o exemplo da obra de abastecimento de água à Carepa, que como foi feita por administração direta, a despesa com esta obra foi toda lançada em despesas correntes, ou seja, praticamente toda as obras que a Câmara Municipal faz por administração direta e sendo muitas delas investimento de capital, é lançado em despesas correntes. Além disso e cada vez mais, a Autarquia estava vocacionada para as prestações de serviços levando a que o grosso da despesa ser lançada na rubrica de despesas correntes.-----

---- Em referência á questão do consumo de água disse que não houve um aumento significativo no consumo de água, continuando-se a trabalhar na deteção das fugas e com este trabalho já se conseguira baixar muito a perda de água. Estava-se também a implementar um sistema de monitorização dos depósitos de água que iria permitir uma melhor gestão da água.-----

---- O membro Paulo Roberto entendeu e considerou excelente o trabalho que a Câmara Municipal estava a desenvolver na gestão da água, mas a sua questão referia-se ao aumento com a faturação o que poderia significar que os consumidores também estariam a gastar mais, ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que havia mais pessoas no concelho numa faixa etária mais jovem e que as empresas também tinham um consumo expressivo, mas a nível de atualização do valor do consumo de água não tinha um relevo significativo. Mais informou que em relação ao tarifário da água o Município não determinava o mesmo, propunha o valor mas estava



condicionado ao parecer da entidade reguladora deste setor que era a ERSAR. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas de 2022, presentes à Assembleia Municipal realizada em 25/04/2023 e nos termos da alínea 1) do n.º2, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 3 (três) abstenções dos membros Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto. -----

----Nesta mesma sessão foi também apreciado o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2023; -----

----O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta revisão prendia-se com a necessidade de se contemplar valores para um concurso que a CIMBB estava a lançar referente aos transportes e teria que se atribuir valores para os próximos três anos e isso não estava referenciado no Orçamento de 2023, bem como e por exigência do Tribunal de Contas, teria que se ter em consideração os valores para o empréstimo contraído pela Autarquia nos anos subsequentes a 2023. -----

----O membro Paulo Roberto disse que o valor das despesas estava devidamente justificado, mas como não havia aumento no valor das despesas nem das receitas, não havia informação de quais as rubricas que iriam ser diminuídas em termos objetivos, as rubricas existiam mas não era perceptível onde é que se iria cortar para haver um aumento nestas despesas. -----

---- Por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Doutora Fernanda Neves, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, disse que o que estava explicado neste documento eram os motivos desta revisão e as rubricas que exigiram a sua elaboração. Relativamente à sua compensação, ela foi feita por outras rubricas do Orçamento e ocorriam sobretudo em anos seguintes, visíveis apenas nos mapas de elaboração que aparecem com um valor negativo. Em referência ao ano de 2023 elas foram praticamente compensadas entre rubricas dos próprios projetos, dando como exemplo a referente às obras nos Paços do Concelho.----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 3 (três) abstenções dos membros Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 2.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2023, conforme mapas arquivados junto dos documentos presentes nesta sessão, foi elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 e do disposto no ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

---- A referida alteração modificativa contempla a 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa Efetiva, com um aumento de 199.000,00€ (cento e noventa e nove mil euros) em 2023 e variações nos anos subsequentes, compensadas nos respetivos anos, num valor de 1.603.000,00€ (um milhão e seiscentos e três mil euros).-----

---- A 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 231.000,00€ (duzentos e trinta e um mil



euros) em 2023 e variações nos anos subsequentes, compensadas nos respetivos anos, num valor 775.000,00€ (setecentos e setenta e cinco mil euros). -----

----A 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, no valor de 12.000,00€ (doze mil euros), em 2023 e um aumento nos anos seguintes em 838.000,00€ (oitocentos e trinta e oito mil euros). -----

----Esta deliberação foi tomada em conformidade com o Despacho nº060/2023, datado de 21/04/2023 e verificadas as condições expostas na informação n.º 005/2023 da DAF, que se arquivam junto dos documentos presentes a esta sessão. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----4-Apreciação, discussão e eventual autorização para realização de obras por administração direta; -----

----O membro Paulo Roberto disse que segundo percebera, como a Câmara Municipal estava autorizada a fazer obras por administração direta até um certo valor e as duas obras agora referidas ultrapassavam esse valor, até ao limite de 300.000,00€ (trezentos mil euros) cada, esta despesa tinha que ser autorizada pela Assembleia Municipal, pelo que e neste momento não se sabia em concreto qual seria esse valor. Assim, na sua opinião, poder-se-ia estar a abrir um precedente no sentido de hoje estar-se a autorizar este valor mas não se sabe se mais tarde ter-se-ia que aprovar uma verba superior, referindo se não se estaria de certa forma a subverter as regras dos concursos. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que o valor em referência para esta duas obras era o referente á mão de obra que era feita por administração direta do Município e aquilo que a Câmara Municipal estava autorizada era que os valores conjuntos da

aquisição de material e da mão de obra não poderia exceder os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros). No entanto verificava-se que a obra de requalificação da Rua da Estrada, só a verba relativa à aquisição de materiais irá ultrapassar os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) compras estas feitas através de concurso público, ou seja, a parte do procedimento aplicável à aquisição de materiais era aquela que decorria da lei. No entanto quando se somava o valor da aquisição dos materiais ao valor da mão de obra e se ultrapassa o valor atrás referido, carecia de autorização da Assembleia Municipal para a realização das obras, cumprindo assim os procedimentos legais aplicáveis.-----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a autorização para a realização de obras por administração direta nas obras de Construção do Estaleiro Municipal-2015/I/1 e Requalificação da Rua da Estrada Nacional n.º 18-Rede de Abastecimento de água, Saneamento e Infraestruturas e instalações elétricas -2021/I/4, 2021/I/5 e 2021/5/6, até ao limite de € 300.000,00 (trezentos mil euros), em cada uma das referidas obras, em cumprimento do n.º 2 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril e em conformidade com o deliberado na minuta n.º 097/2023, aprovada na reunião do Executivo realizada em 14/04/2023, que se arquiva junto dos documentos presentes a esta sessão.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **5-Designação de um cidadão eleitor para integrar a CPCJ-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão;-**

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que dado ao conhecimento que tinha do trabalho muito positivo que a cidadã



Benvinda Maria Pires Dias vinha desenvolvendo nesta Comissão e podendo a mesma ser nomeada para mais um mandato de três anos, questionava aos membros presentes se preferiam reconduzir a mesma para mais um mandato ou fazer nova eleição. -----

----Após votação e tendo sido solicitado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão a designação de um cidadão eleitor para integrar esta Comissão, visto a cidadã Benvinda Maria Pires Dias, estar a cessar funções na mesma, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e dando cumprimento ao estipulado no n.º1 do artigo 26º da Lei n.º147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, designar a cidadã Benvinda Maria Pires Dias, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Vila Velha de Ródão. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----Sendo esta cidadã também membro deste Órgão, a mesma não participou na votação deste ponto. -----

----6-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no n.º1, a situação financeira, reportada à data de 17 (dezassete) de abril, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 2.767.578,41€ (dois milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito euros e quarenta e um cêntimos), dos pagamentos efetuados de 1.937.434,96€ (um milhão, novecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e noventa e seis cêntimos) e do saldo reportado a 17/04/2023 de 3.670.837,38€ (três milhões,

seiscentos e setenta mil, oitocentos e trinta e sete euros e trinta e oito cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 243.725,52€ (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e vinte e vinte e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos).-----

---- No nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais, bem como a informação sobre os recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo-se aos processos judiciais deu a informação sobre uma ação instaurada ao Município por uma empresa de construção denominada *Fernando Pereira Rodrigues, Lda.*, referente à adjudicação de uma obra ainda no mandado do Inspetor Batista Martins e em que o presidente que o sucedeu, o Engenheiro Vitor Carmona, entendeu não realizar essa obra entrando-se assim num processo de litígio com esta empresa, tendo desde essa altura vindo a decorrer este processo. Em 2010 foi instaurado uma ação ao Município em que reclamava o pagamento de uma verba que estimava que fosse superior a 200.000,00€ (duzentos mil euros). Em primeira instância o tribunal deu razão à Câmara Municipal, ou seja, não teria que pagar este valor, mas o Tribunal da Relação condenou o Município a pagar. No entanto o consultor jurídico encontrou na lei uma forma de contrapor a decisão e o Supremo Tribunal Administrativo analisou a situação e deu razão à Câmara Municipal arrumando esta questão definitivamente, considerando que se fez justiça.-----

---- O membro Ricardo Morgado referiu-se à limpeza obrigatória dos terrenos e qual o ponto de situação nesta área. Referiu-se também á



instalação de fibra ótica, nomeadamente nas freguesias de Fratel e Sarnadas de Ródão, solicitando também mais informação sobre este tema. Salientou a grande afluência de turistas, nomeadamente na zona do Cais do Tejo e parque de caravanismo, sugerindo que talvez fosse pertinente haver naquela zona uma remodelação do mobiliário urbano para apoio às pessoas que nos visitam. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, em relação á limpeza dos terrenos disse que a Câmara Municipal tinha uma brigada a proceder á limpeza das faixas secundárias que eram da responsabilidade da Autarquia mas não havendo capacidade logística para efetuar todo o trabalho, foi lançado um procedimento público para que algum desse trabalho seja feito ao abrigo desse procedimento e também para nos casos dos privados serem notificados para o fazerem e não o fazem e sendo a Câmara Municipal a executar o trabalho, este ser feito por essa equipa. Está também no terreno uma equipa da CIMBB a executar alguns serviços mais complicados. --

----Em relação á fibra ótica disse que estava a ser instalado no futuro espaço cooperativo (*coworking*) de Sarnadas de Ródão a fibra para verificar se com esta instalação se conseguia garantir o *wifi* a toda a localidade e se o resultado for satisfatório e enquanto não for garantida uma cobertura com qualidade a nível nacional, equacionava replicar esta solução a outras localidades do concelho.

----No que dizia respeito ao turismo disse que devido á grande afluência nos últimos tempos, tem vindo a ser feito investimento junto ao Rio Tejo e fazia todo o sentido haver uma remodelação do mobiliário urbano nesta zona. -----

----**7-Outros assuntos de interesse para o Município;** -----

----Á solicitação de informação colocada pelo membro Paulo Roberto sobre o projeto do hidrogénio a instalar no concelho, o Senhor

Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Câmara Municipal tem acompanhado os promotores relativamente às questões relacionadas com a localização do empreendimento, tendo a Autarquia disponibilizado um local para o mesmo, mas sendo expectável uma futura expansão desta unidade fabril, não achava que fosse a mais viável pela limitação e características do terreno. Foi assim sugerido uma localização alternativa perto do local atrás referido e que iria ao encontro das expectativas de investimento, pensando que entretanto já teriam entrado em acordo com o proprietário para aquisição do mesmo, sendo que e por parte da Câmara Municipal estava a fazer-se todo o trabalho não só de viabilizar o investimento mas também garantir a possibilidade de crescimento do mesmo.-----

---- O membro Júlia Ceia começou por cumprimentar todos os presentes, referindo em seguida que tinha tido conhecimento de falhas no fornecimento no serviço de internet e de televisão durante cerca de uma semana e outras tinham também tido várias interrupções no fornecimento de internet, questionando assim se havia possibilidade da Câmara Municipal fazer algo para resolver este problema.-----

---- O membro Célia Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, começou por cumprimentar todos os presentes, deixando em seguida uma palavra de agradecimento do Executivo desta Junta de Freguesia pela disponibilização de meios técnicos e humanos, nomeadamente duas máquinas pesadas da Autarquia, para efetuarem melhoramentos em vários caminhos desta freguesia. Referiu também a importância das obras que estavam a decorrer na área da mesma. Continuou, solicitando com alguma celeridade, na construção de um muro de suporte de terras e respetiva reparação do calcetamento da



curva na Rua do Cimo do Monte, em Peroledo. Bem como, na localidade de Marmelal, a reparação da calçada na Rua dos Barros. Terminando a sua intervenção solicitando um ponto de situação quanto à situação da entrada do Fratel. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão colocada pelo membro Júlia Ceia, dizendo que a Câmara Municipal não teve conhecimento da situação reportada e que em primeira instância caberia aos operadores das redes, mediante comunicação dos utilizadores das mesmas, resolver o problema. No entanto e se o problema subsistir e caso a Autarquia tenha conhecimento de algo anormal não exclui a possibilidade de analisar a questão junto das operadoras. -----

----Em relação à intervenção do membro Célia Ribeiro, disse que as solicitações referidas iriam a seu tempo e dentro das possibilidades do Município, ser enquadradas no plano de trabalhos para as freguesias. Referindo em particular a situação das obras na entrada de Fratel e depois de muitos anos de espera que as Infraestruturas de Portugal fizessem alguma coisa, a Câmara Municipal decidiu avançar desde já com os trabalhos de requalificação da zona de entrada na localidade fazendo a parte que competia à Autarquia, prevendo que a esta obra estivesse concluída até final do presente ano e deixando a mesma preparada para ser enquadrável na obra a realizar pelas Infraestruturas de Portugal, quando esta entender fazê-la, porque apesar de todas as diligências continuava-se à espera de decisões por parte desta instituição. ---

----O membro Humberto Mendes começou por cumprimentar todos os presentes, referindo-se à Moção apresentada na última sessão deste Órgão pela bancada da Coligação do "Novo Rumo" e aprovada por unanimidade, referente ao conflito na Ucrânia e consequente

resposta da Embaixada da Federação da Rússia, para onde esta foi enviada, dizendo que em bom rigor, não merecia que se perdesse tempo com ela, mas perante este documento e citando algumas frases do mesmo e como hoje se celebrava o dia da conquista da liberdade de pensamento e expressão e esta Assembleia e os seus membros eram livres e pensavam por si, o tempo da propaganda que marcara épocas passadas morrera com a revolução do 25 de Abril e embora com quarenta e nove anos de atraso, seria bom que a Federação Russa percebe-se estes valores e os comunica-se aos seus cidadãos. Os membros desta Assembleia Municipal tinham esses valores bem presentes e não se calariam sempre que isso fosse necessário.-----

---- O membro Ricardo Morgado referindo-se à forma constrangedora como foi colocado nas redes sociais e também em certos canais televisivos imagens do edifício da GNR e apesar de saber que esta situação não era responsabilidade direta do Município, questionou se havia algum desenvolvimento sobre este assunto.-----

---- O membro Luis Coutinho reiterou as palavras proferidas pelo membro Humberto Mendes e que era realmente uma vergonha a resposta enviada pela Embaixada da Federação da Rússia, mas que seguia a política de mentira própria deste regime. Aproveitou também e uma vez que se está a projetar uma requalificação da zona do Cais do Rio Tejo e como já foi proposto por esta bancada noutra Sessão, se não seria pertinente privilegiar este espaço aprazível para as pessoas, limitando o acesso e o estacionamento automóvel na área do cais junto ao rio.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal salientou o bom estado de limpeza das ruas da sede do Município, deixando no entanto um alerta para uma situação na Rua da Estrada em que devido á existência de gravilha no piso punha em causa a segurança



rodoviária de quem ali passava, sendo premente uma intervenção para resolver esta situação. -----

----Em seguida e como se comemorava hoje mais um aniversário da democracia, ainda se admirava que nesta Assembleia Municipal e referindo-se em particular a uma intervenção do membro Luis Coutinho na última sessão em que deixara no ar que em Vila Velha de Ródão haveria um défice democrático, disse que as Assembleias Municipais eram publicitadas, as Reuniões de Câmara eram participadas e que nem retirava a palavra a ninguém. Hoje tinha sido feito mais uma intervenção com base numa situação em que se ouvira dizer, o que na sua opinião, esta não era a maneira correta de se intervir porque o dever de um membro deste Órgão era ouvir dizer, tentar confirmar e denunciar e era esta a nossa função e a única forma de ajudar o Executivo camarário a ter toda a informação possível para desenvolver um melhor trabalho. -----

----O membro Luis Coutinho interveio dizendo que possivelmente a afirmação proferida pelo Presidente deste Órgão do "ouvi dizer" seria referente aos problemas com a internet, sendo da opinião que não era preciso dizer quem foi para se tentar resolver um problema. No que dizia respeito ao não citar nomes, como o tinha feito no discurso que tinha feito sobre o 25 de Abril, entendia que não se deveria seguir a estratégia de fazer publicidade aos tais partidos radicais e respetivos líderes, por isso não via a necessidade de se estar sempre a referir os nomes porque achava que era perceptível por toda a gente a quem se referiam, apenas não percebia quem não queria perceber. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que não fora a isso que se tinha referido, porque o que houve na última Sessão foi um ataque a todos os membros deste Órgão na pessoa do seu Presidente

de que havia um déficit democrático em Vila Velha de Ródão, ao que o membro Luis Coutinho respondeu que não entendia que tivesse sido assim tão grave e considerava que talvez fosse mais um alerta em referência à falta de participação do público, mas no entanto também não tinha a ver com o desenrolar da Sessão de hoje.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que não tinha a ver com a Sessão de hoje mas fora uma chamada de atenção e comparou e enquadrou o que foi dito nessa Sessão com o "ouvir dizer" dito aqui hoje.-----

---- O membro Luis Coutinho disse que o importante era falar nos problemas e resolve-los independentemente de se andar sempre a falar em nomes, ao que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu que aqui o que estava em causa não era falar em nomes mas era a forma e o conteúdo das intervenções e aproveitara para enquadrar e aproveitar para deixar um recado no sentido do cumprimento da democracia em pleno.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à intervenção do membro Ricardo Morgado, dizendo que este era um caso paradigmático tendo em conta todos os desenvolvimentos já aqui relatados. Mais disse que com o anterior Secretário de Estado o processo estava bem encaminhado, estando no entanto a aguardar a marcação de uma reunião com o atual Secretário de Estado, sendo de opinião que esta situação já se arrastava há demasiado tempo, até porque a Câmara Municipal já tinha feito o projeto, já tinha alterado o mesmo e depois desta notícia ter vindo a público, voltaram a solicitar à Autarquia para fazer umas pequenas alterações, que serão alvo de análise por parte dos projetistas e verificar se as mesmas faziam sentido e comunicar-lhes essa decisão.-----



----Referindo-se à intervenção do membro Luis Coutinho, disse que as intervenções hoje aqui referidas quanto ao cais do Tejo seriam mais imediatas e de reduzida dimensão. A seguir referiu o trabalho que estava a ser desenvolvido naquela área, dizendo que o projeto que se propunham executar e que pensava que se enquadrava neste quadro comunitário, seria o de valorizar toda a margem do Rio Tejo entre a foz do Ribeiro do Enxarrique e a foz do Ribeiro do Açafal e toda a encosta da urbanização da Senhora da Alagada, ligando o Campo de Feiras, a Estalagem e as Piscinas Municipais, criando assim uma área com um espaço aprazível com possibilidade de circulação por todo aquele espaço. -----

----8- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento; -----

----O Senhor Octávio Catarino, residente em Foz do Cobrão, disse que nesta data comemorativa, não poderia deixar de saudar todos os autarcas eleitos e público presente e a sua intervenção era dedicada inteiramente ao 25 de Abril que vivera intensamente há quarenta e nove anos. Mais disse que um dos grandes pilares desta revolução foram as Autarquias deste país e o trabalho destas em prol dos seus territórios, sendo a nossa o exemplo disso mesmo, mas a luta continuava e tinha que continuar. Disse que lera algures que o Governo decidira colocar em Castelo Branco um Tribunal Administrativo, mas não ouvia ninguém a referir-se a este assunto e tinha que se continuar a lutar pela descentralização ou mesmo pela regionalização, fator de extrema importância para o desenvolvimento do país. -----

----Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a presente sessão, às onze horas e vinte minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois

de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.

Paraná

Paulo Cristino Ribeiro Gonçalves

Luiz Manoel Calheiros da Cunha Andrade